



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

1 ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
 2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
 3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADAS NO DIA 09 DE
 4 JULHO DE 2021, POR VIDEOCONFÉRENCIA, VIA MICROSOFT
 5 TEAMS.

6 Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2021, às 09h:00, deu-se início a
 7 reunião por videoconferência dos membros da Comissão Permanente de
 8 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
 9 Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia mundial pelo COVID-19,
 10 conforme recomendação do CNJ, utilizando-se a ferramenta Microsoft
 11 Teams. Participaram da reunião o Excelentíssimo Dr. Desembargador
 12 Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário Estadual; o Excelentíssimo
 13 Dr. Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto e Juiz Titular da
 14 Região Agrária de Castanhal; a Dra. Maria Adelaide Cardoso Trindade,
 15 Secretária Geral da Ouvidoria Agrária e o Dr. Laércio dos Santos Rosa
 16 Junior, Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de Secretário desta
 17 CPMEAQLG. Também participaram da videoconferência os membros:
 18 Dra. Caroline Amarante, Representante do INCRA; Dr. João de Jesus,
 19 Representante da FETAGRI; Dra. Eliana Zacca, Representante da
 20 FAEPA; Dra. Ione Nakamura e Dr. Waldir Macieira, Representantes do
 21 MPPA; Dr. Ibraim Rocha, Representante da PGE; Dr. Antônio Carlos
 22 Apolinário, Representante da ANOREG; Dra. Nicole Campos,
 23 Representante do MPF; Dr. Tiago Marçal Lima, Representante da AGU;
 24 Dr. Tiago Ferreira, Representante do ITERPA e Dra. Naire Rei,
 25 Representante da OAB. Estiveram presentes os Excelentíssimos
 26 senhores Juízes: Dr. Amarildo Mazutti, Juiz Titular da Região Agrária de
 27 Marabá e Dr. Antônio Fernando Villar, Juiz Titular da Vara Agrária de
 28 Altamira. Tiveram suas ausências justificadas o Dr. Haroldo Silva da
 29 Fonseca, Juiz Titular Titular da Região Agrária de Redenção; o Dr. Mário
 30 Solano, representante da FAEPA, a Dra. Janyce Neiva, Representante da
 31 PGE e o Dr. Girolamo Treccani, Representante da FETAGRI. A reunião
 32 foi transmitida ao vivo, gravada em áudio e vídeo, com transcrição

1

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

33 realizada pela empresa Steno Voice, por meio de estenotipia
 34 computadorizada. **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA de Reunião ocorrida em
 35 11/06/2021; 2. Carta n.º 109/2021, encaminhada pela Presidência da
 36 FAEPA, na qual apresenta “propostas para mitigar os conflitos e dar
 37 paridade de armas aos envolvidos nos litígios, possibilitando aos
 38 magistrados mais informações e aperfeiçoamento do processo decisório”;
 39 3. Resposta da Comissão de Direitos Humanos da ALEPA ao
 40 questionamento formulado pela Ouvidoria Agrária do TJPA, por meio do
 41 Ofício n.º 018/2021-OA, acerca das “denúncias de ações de despejos
 42 exercidas por agentes da Segurança Pública com aval do Poder
 43 Judiciário”; 4. Informações sobre as atividades realizadas pelo Grupo de
 44 Trabalho no Marajó; 5. O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: Bom dia,
 45 [ininteligível]. Vamos então, ao ar. Já doutor...? SR. LAÉRCIO DOS
 46 SANTOS ROSA JUNIOR: Estamos no ar, Excelência. DES.
 47 PRESIDENTE: Já. Eu quero levar o nosso pensamento ao nosso criador
 48 para nos dar tranquilidade, como sempre nos deu para levar essa reunião
 49 na santa paz do Senhor. E, rogamos a Ele próprio para que tenhamos
 50 sucessos em todas as nossas investidas, para a paz não só no campo
 51 como na cidade. **ITEM 1:** Eu coloco em apreciação, logo de imediato, a
 52 aprovação da ata da reunião ocorrida em 11/6/2021. No silêncio, ela está
 53 aprovada, sem nenhuma ressalva. **ITEM 4:** E eu vou fazer uma inversão
 54 de pauta, atendendo ao pedido do Dr. Tiago, para nós verificarmos, no
 55 item 4, informações sobre as atividades realizadas pelo grupo de trabalho
 56 do Marajó. No dia 1º de julho a ministra da Mulher, da Família e dos
 57 Direitos Humanos, Damares Alves, esteve na região do Marajó para reunir
 58 com gestores locais, além de apresentar e discutir o Plano de Ação
 59 2020/2023, do programa Abrace o Marajó. Antes de colocar, Dr. Tiago,
 60 ao senhor, eu queria informá-los, a toda a comissão, que esteve comigo
 61 na terça-feira, próxima passada, o Dr. Louzada(F), que faz parte do
 62 Abrace o Marajó, me informando que por ocasião da visita da ministra
 63 Damares, ela sentiu ausência do Poder Judiciário. E ela queria saber o
 64 motivo daquilo, né, por que estava ausente e por que o Tribunal não
 65 estava engajado no Abrace o Marajó, não é? E eu, de imediato, disse ao

2

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

66 Dr. Louzada(F) que, com certeza absoluta, que eu não estava ali para
67 falar em nome da presidência, mas com certeza absoluta não teria vindo,
68 sob hipótese nenhuma, convite ou nenhuma convocação do Poder
69 Judiciário para estar presente na reunião por ela sugerida. Mas ela
70 continuou, ela pediu para que a presidente do Tribunal marcasse um dia
71 que ela viria a Belém, exclusivamente, para conversar com a presidente
72 do Tribunal. E isto me falou o Dr. Louzada, desde que eu obedecesse
73 também à a sua agenda pessoal e institucional. Na mesma hora, eu
74 coloquei a Desembargadora Presidente a par do que estava acontecendo
75 e ela pediu para que o Dr. Louzada(F) fosse lá com ela e conversasse
76 ~~com ela~~ para que acertasse as situações todas, para nós, logicamente,
77 engajarmos institucionalmente no Abrace o Marajó. E, na época, na
78 ocasião, ele estava citando um projeto que eles têm lá, que é
79 impressionante, como ele me falou, né, é impressionante o que é o
80 Abrace o Marajó. Quando a ministra Damares esteve aqui, aí-veio ela,
81 veio o BNDES, veio uma série de ministérios para efetivamente dar as
82 condições necessárias. E lá existia um projeto, como existe, do cabo de
83 vassoura. Um cabo de vassoura, por exemplo, aqui, custa sete reais, mas
84 quando é manufaturado do Sul, já vem por custa 20 reais. Então, eles
85 tinham esse projeto, a ministra Damares encampou e viu que era R\$ 20
86 mil, mais ou menos, o valor para colocá-lo em funcionamento de e, na
87 mesma hora, encaminharam lá para o BNDES. O BNDES, na mesma
88 hora, liberou os recursos necessários. Se for assim, que bom, que
89 maravilha. Mas eu não tenho mais detalhe quanto a esse aspecto pois eu
90 ainda não conversei, com a presidente do Tribunal. Então, com a palavra
91 o Dr. Tiago. SR. TIAGO MARÇAL LIMA: Obrigado, desembargador
92 Mairton. Bom dia novamente, bom dia novamente a todos. Eu me recordo
93 que na última união Vossa Excelência, desembargador Mairton, indagou
94 sobre os trabalhos que estavam sendo feito no âmbito do GT Marajó. Eu
95 não pude participar, eu estava de férias, depois tirei licença e voltei
96 recentemente às minhas atividades funcionais. Mas, durante esse
97 período, eu fiquei ponderando sobre essa situação, principalmente ao fato
98 de terem me alçado, digamos, informalmente, à condição de coordenador

3

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

99 do GT. E, ao mesmo tempo, me defrontando com a questão da política
100 pública federal, que todos já estão cientes, que é o Abrace o Marajó.
101 Enquanto política pública federal, né, e, principalmente, por se tratar de
102 uma questão extremamente complexa, que eu antevejo vai gerar algumas
103 divergências, algumas discussões, algumas questões que, muito
104 possivelmente, vão ser, talvez, até discutidas no âmbito judicial. Então,
105 eu não me sinto confortável, mais por uma questão de dever funcional, de
106 ocupar essa função de coordenador. Eu noto um certo conflito de
107 interesse, porque qualquer discussão que vá... Perdão, perdão,
108 excelência, minha filha aqui, só um minuto, perdão, perdão. DES.
109 PRESIDENTE: Fique à vontade, doutor. SR. TIAGO MARÇAL LIMA:
110 Então, qualquer divergência que venha ocorrer, eu vou ser, obviamente,
111 né, enquanto membro da coordenação de patrimônio da AGU, chamado
112 a defender essa política pública federal. Então, eu vejo que para essa
113 função de coordenador, pelo menos é a minha opinião, eu acho que deve
114 ser, enfim, ocupada por algum membro que tenha algum distanciamento
115 aí pelo menos dessa política aí do Abrace o Marajó. Então, por isso, eu
116 agradeço aos que confiaram no meu nome, mas coloco essa função de
117 coordenador do GT Marajó à disposição. Quem sabe, eu não sei, têm
118 vários outros membros, vários outros interesses aí envolvidos na questão
119 do GT Marajó, poderia haver aí uma espécie de coordenação aí rotativa.
120 Eu entendo, também, que o GT Marajó, de forma alguma, eu acho que
121 ele deva ser extinto. Eu acho que é um grupo de trabalho importante,
122 principalmente porque é um grupo que descentraliza um pouco essa
123 discussão e acaba sendo composto pelos atores do sistema de justiça e
124 interessados que conhecem melhor a realidade daqui do Pará. Então,
125 acho que é muito importante, eu acho que tem muita contribuição ainda
126 para prestar. Mas eu queria colocar isso em discussão, né, por essa
127 questão, por vislumbrar esse conflito de interesse eu coloco a
128 coordenação do grupo à disposição dos membros do GT Marajó. E a partir
129 de alguma deliberação a ser feita aqui ou, enfim, em outras
130 circunstâncias, encontrem um nome que possa conduzir, digamos, com
131 mais independência o grupo. Obrigado pela atenção. Aguardo

4

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

132 [ininteligível] dos colegas. DES. PRESIDENTE: Uma colocação não só ao
133 Dr. Tiago, mas como aos demais membros que fazem parte dessa
134 comissão. Sua informação já veio tardia, porque há muito tempo que eu
135 venho cobrando desta comissão, essa situação. Olha, não estamos
136 fazendo nada, eu não tenho nada de concreto ainda. A comissão de
137 conflitos agrários não tem nada de concreto. Ou seja, a ouvidoria, na
138 realidade, ficou... como eu digo sempre, se você quiser jogar alguma
139 coisa para frente, cria uma comissão. Foi o que aconteceu com essa
140 comissão do Marajó. Nada em contrário a Sua Excelência, o senhor está
141 demonstrando realmente... mas veio tardia. Por que eu digo isso? Faz
142 muito tempo que essa comissão foi formada e nada de concreto foi
143 atualizado. Um só, vou citar só um exemplo, neste dia, eu não de essa
144 informação justamente já prevendo essa situação. A ministra Damares,
145 quando aqui veio, estava preparando também uma série de tipos... assim,
146 dado pela União para alguns assentados, para algumas pessoas que lá
147 estão no Marajó, há muito tempo. E na ocasião, na terça-feira, próxima
148 passada, eu informei ao Dr. Louzada(F), que foi o emissário encaminhado
149 pela Dra. Damares, assim ele se intitulou, e eu disse a ele: Olha, é muito
150 prematura essa situação de querer nós darmos, a União fazer com que
151 se doe terreno, ou então, venda terrenos da União para alguns
152 assentados, porque há outros interesses. Aí ele falou: É, doutor, eu vi,
153 inclusive, sesmarias". Eu digo: Pois é. Talvez tenha sido por isso que a
154 ministra Damares abordou essa situação lá de se colocar alguns títulos,
155 não sei a quantidade, ele não me falou, não é? Mas isso também me fez
156 lembrar o ocorrido em é uma fazenda, só não tenho o nome agora, uma
157 fazenda ali que estava efetivamente invadida, ou ocupada, por algumas
158 pessoas, mas estava em litígio com posse na comarca Marabá. O Dr.
159 Mazutti não está aqui. E alguns títulos já tinham sido dados para as
160 pessoas. Ou seja, estava em discussão a situação: ainda é terra pública?
161 É. Entretanto, quando você tem um litígio dentro da vara agrária, nós
162 vamos ter que tomar mais cuidado porque... O Incra acabou de chegar.
163 Dra. Carol, bom dia. Temos que tomar cuidado ao direcionar esses títulos
164 para alguns outros ocupantes. Porque nós devemos ter ocupantes

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

165 anteriores, não é? E em Marabá existe uma situação *sui generis* lá,
166 começou com... ele não está aqui, mas o Dr. André pode me ajudar nesse
167 assunto, como era o nome do... antes de ser a Incra, tem o... Como era o
168 nome, Dr. André, que tinha lá em Marabá? Por onde anda o André,
169 sumiu? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Estou
170 aqui, desembargador, estou aqui. DES. PRESIDENTE: É que eu não
171 estou lhe vendo aqui agora. Antes do Incra. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-
172 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Terra Legal. DES. PRESIDENTE: Não,
173 antes do Terra Legal, tinha qual? SRA. ELIANA ZACCA: Getat. DES.
174 PRESIDENTE: Getat, não é? Então, o Getat, com o Terra Legal, eles
175 fizeram uma miscelânea tremenda. E quando chegou na hora de se
176 conceder alguma coisa... Por exemplo, o presidente esteve lá agora e
177 colocou uma série de CCUs concedeu, doou, vendeu, sei lá, a União, a
178 União, né, [ininteligível]. Daqui a pouco a Justiça Federal vai ter o maior
179 problema, porque agora já não vai ser mais posse, vai ser reivindicatória.
180 E reivindicatória foge da justiça agrária e vai para a justiça federal. Então,
181 vai encher de... Então, vamos ter consciência no que nós fazemos. Agora,
182 voltando, ñe ao Marajó, se nós não já tivéssemos aquinhado essa
183 situação toda, viu, Dr. Tiago, nós já teríamos alguma coisa para dizer para
184 o Abrace o Marajó. É uma obrigação nossa, entendo eu, darmos essa
185 contribuição à União, através da ministra Damares, que ela vai a família,
186 vai os direitos humanos, e nós temos que dar a nossa contribuição. Nós
187 não estamos dando. Nós estamos há mais de um ano com essa
188 comissão. O senhor hoje demonstra, realmente, há interesse, né, mas
189 quem não tem interesse na área? Quem é que não tem interesse da
190 comissão? Aí é que advém. Então, nós temos... O nosso interesse aqui,
191 e o seu também é, entendo eu, na verdade verdadeira, mais nada que
192 isso. Nós não temos que estar puxando de um lado ou puxando de outro,
193 puxando para ocupante ou para o dono de terra. Não, nós temos que ser
194 equânime. Acredito que o senhor foi escolhido, na ocasião, o senhor sabe
195 que eu não me meti na escolha do coordenador, não é? E, Dr. Tiago,
196 entendo suas razões, agora, entendo também que o senhor deverá se
197 reunir, convocar uma reunião com o pessoal da comissão para que dentro

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

198 da comissão os senhores reúnam... se o senhor quiser entregar
 199 definitivamente essa coordenação, faça isso, eu atendo a sua situação, e
 200 escolham lá, entre os Srs. Membros, quem poderá ser esse coordenador,
 201 para nós darmos um andamento maior na situação, que já está
 202 desgastando a própria comissão, não é a ouvidoria, assim, a própria
 203 comissão já está desgastada por não ter dado ainda a contribuição
 204 suficiente não só para o Abrace o Marajó, mas para todo o Brasil, e para
 205 o próprio Pará, não é? Nós temos que dar essa contribuição. É o que eu
 206 tinha a me manifestar e a palavra está aberta a quem quiser fazer uso.
 207 Quem quer falar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra.
 208 Eliana pediu a palavra, Excelência. DES. PRESIDENTE: Doutora, pode
 209 falar, Dra. Eliana. SRA. ELIANA ZACCA: Excelências, a Faepa, ela tem o
 210 maior interesse na definição desse assunto. A pior situação é a da
 211 indefinição. Por exemplo, nós temos situações graves no Marajó,
 212 acabamos de ter a aprovação pelo governador de uma nova VTN para
 213 fins de regularização. E a gente fica sem saber quem vai regularizar as
 214 terras do Marajó? É o Incra ou é o Iterpa? Quando você tem a atuação,
 215 por exemplo, tanto da Semas como do ICMBio multando, criando reservas
 216 das áreas protegidas. Então, nós temos o maior interesse, realmente, em
 217 uma definição desse assunto. Então, a Faepa se coloca à disposição para
 218 assumir a coordenação desses trabalhos, se assim os membros e os que
 219 estiverem de acordo. Nós nos disponibilizamos para realmente tocar esse
 220 assunto para a frente, logicamente com a ajuda de todos os parceiros
 221 institucionais. Muito obrigada. DES. PRESIDENTE: Está em discussão.
 222 Quem é que pediu a palavra? Quem? Ninguém quer mais discutir? A
 223 Faepa já... Dr. Ibraim? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr.
 224 Ibraim, Excelência. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Bom dia
 225 a todos. Bom, essa questão da comissão, eu estou voltando agora, e eu
 226 não sei o estado que ela está, não sei se a PGE integra, inclusive, mas
 227 realmente acho que a posição da Faepa, até porque há uma comissão e
 228 a Faepa como responsável da sociedade civil, obviamente, tem todo o
 229 interesse de coordenar; como a coordenação é feita pelo grupo, deve ter
 230 alguém que puxe o chicote, né, para assim dizer, para que ande. Eu acho

7

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

231 que a Faepa seria um bom órgão para coordenar. De fato, a gente precisa
 232 ter um posicionamento jurídico sobre essa questão, que acho que esse é
 233 o nosso limite, mas que a gente diga dê: é, esses são os passos que a
 234 União e o Estado precisam fazer para solucionar, porque realmente isso
 235 é uma história que já vem de longa data, e realmente a indefinição não
 236 ajuda ninguém. Esse é o maior problema na situação do Marajó. Então,
 237 eu, particularmente, da parte da Procuradoria não me oporia a Faepa
 238 coordenar de trabalho, acho que aí ajudaria e instigar os membros da
 239 comissão que a integram, para que a gente consiga apresentar um
 240 resultado para a comunidade. DES. PRESIDENTE: Dra. Carol. SR.
 241 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Um momento, Dr. Mairton. Bom dia, doutor.
 242 O senhor me permite, por favor, para fazer uma contribuição para os
 243 colegas. DES. PRESIDENTE: Quem está falando? SR. TIAGO DE LIMA
 244 FERREIRA: [interrupção no áudio] Tiago, do Iterpa. DES. PRESIDENTE:
 245 Quem [ininteligível] pediu a palavra?. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA:
 246 Eu estou impossibilitado de ligar a câmera agora. Estou com a internet
 247 ruim, não dá para ligar a câmera. DES. PRESIDENTE: Quem está
 248 pedindo a palavra? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não
 249 estamos visualizando, doutor. Não estamos visualizando. Quem está
 250 pedindo a palavra? SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Só um minutinho.
 251 Espera aí, só um minutinho. Alô, [interrupção no áudio] Tiago do Iterpa,
 252 tudo bom? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. TIAGO DE LIMA
 253 FERREIRA: Desculpa, Dr. Mairton, lhe interromper, mas já lhe
 254 interrompendo, só para contribuir com a Dra. Eliana, com Dr. Ibraim, na
 255 medida do possível. Salvo engano, aí o Laércio nos confirma depois, em
 256 2019, nas reuniões de 2019, o Iterpa se manifestou... É porque existia
 257 realmente uma indefinição, como o Dr. Ibraim está colocando, uma
 258 discussão dentro da própria Procuradoria sobre essas áreas, as áreas
 259 devolutas, as áreas ainda não arrecadadas do Marajó, públicas, elas são,
 260 por definição, da União ou do Estado. Existiam visões aí, que eu respeito,
 261 de vários colegas. Salvo engano, o Dr. Carlos Lamarão e alguns colegas
 262 do Iterpa a favor do Estado, o Dr. Ibraim me corrige, e, salvo engano, o
 263 Dr. Ibraim e Dr. João Olegário, depois de muita pesquisa, entenderam,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

264 talvez, com o coração partido, né, doutor, mas que a União, dada a
265 questão constitucional, alguns dispostos da própria nossa constituição
266 estadual e federal, em específico, [interrupção no áudio] diriam: Olha, não,
267 agora a área devoluta do Marajó pertence à União, tá? Existe esse
268 parecer. Quando o Dr. João Olegário assumiu a diretoria jurídica do
269 Iterpa, foi concomitante à época que a Procuradoria do Estado passou
270 uma lei complementar que unifica todos esses entendimentos, ou seja,
271 não cabe mais ao Iterpa tomar decisões à revelia, no caso dessas
272 matérias que vão unificar entendimentos para o Estado como um todo,
273 através da sua própria autarquia. Tem que ter uma definição, a partir da
274 Procuradoria para ter validade. E isso foi feito, foi apresentado um parecer
275 que, de, por coincidência, do Dr. João Olegário, se o Dr. Ibraim, então,
276 tiver uma informação divergente, por favor me avise, mas foi isso o que
277 aconteceu. E ele próprio, e eu mesmo, como representante, abri mão na
278 minha representação no dia, para que ele próprio viesse à comissão e
279 apresentasse esse parecer. É só procurar nas reuniões anteriores, já
280 existe essa manifestação, e o Iterpa acompanha, por dispositivo da lei
281 complementar estadual que dá à Procuradoria Geral do Estado, no caso,
282 não uma questão apenas da diretoria jurídica, que existe um decreto
283 tratando do tema, do Iterpa, mas especificamente esses entendimentos
284 fundiários, eles têm que ser aprovados pelo procurador. E ele aprovou no
285 sentido de que cabe à União, não ao Estado, as áreas devolutas ainda
286 existentes no Marajó. Ao estado do Pará cabe certificar os seus atos
287 anteriores à Constituição de 88, no caso as sesmarias. O Estado, ele
288 contribui na regularização fundiária, mas para a formação de cadastro do
289 passado, não para aquilo que vai ser dado ao no futuro. Obviamente que
290 nós temos, dentro do Decreto 1190, que dá à Ouvidoria do Iterpa, no art.
291 62, a possibilidade de mediar conflitos fundiários. Contribuir no melhor
292 sentido, nós não estamos aqui dizendo que não temos que contribuir com
293 essa paz social, mas hoje existe esse entendimento. Obviamente, que se
294 lá na frente ele for modificado, vamos notificar os órgãos, no caso a Faepa
295 e depois demais entidades, sobre essa mudança. Mas, na atualidade,
296 para deixar claro, não tem como o Estado propor regularização fundiária

9

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS A GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

297 nas áreas, ainda, públicas. É isso, obrigado. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
 298 ROSA JUNIOR: O Dr. Ibraim pediu a palavra, presidente. DES.
 299 PRESIDENTE: Dr. Ibraim, fique à vontade. SR. IBRAIM JOSÉ DAS
 300 MERCÊS ROCHA: Presidente, realmente eu não... eu desconhecia esse
 301 parecer, mas aí me parece, então, presidente, que como a comissão de
 302 combate à grilagem, ela é formada pelos seus diversos membros, e na
 303 verdade nós somos um órgão eminentemente orientativo, eu penso que
 304 seria um bom procedimento nós todos lermos esse parecer. E nós
 305 podemos fazer uma sessão, presidente, para, por maioria, se for o caso,
 306 definirmos com uma posição orientativa da comissão e caminhar para os
 307 órgãos constitutivos, aí nós encerraríamos, vamos dizer assim, a nossa
 308 participação desse tema jurídico, acho que seria um bom
 309 encaminhamento, para a gente, já que já tem uma posição oficial da
 310 Procuradoria Geral do Estado, que seria submetida como proposta da
 311 Comissão, ao debate de todos, e nós faríamos uma votação para definir
 312 se essa seria a posição institucional da comissão estadual de combate à
 313 grilagem. Eu acho seria um bom caminho, presidente. DES.
 314 PRESIDENTE: Tá, Dr. Ibraim. Mas antes disso nós temos que ter essa
 315 coordenação, não é? Que é para justamente fazer esse apanhado todo,
 316 e a comissão que foi instituída dar, logicamente, o parecer juntando não
 317 só o do Estado, como também da União, da AGU, o que tiver, para nós,
 318 logicamente, discutirmos em um bloco só, e não apenas um parecer. Um
 319 parecer é um parecer, não é? E nós temos que ter as diversas camadas
 320 para podermos chegar a uma definição, que é o que todos nós queremos.
 321 Não é só o Dr. Ibraim, não é só o Dr. Tiago, não é só a Dra. Eliana, não é
 322 só o Dr. Waldir, mas todos nós isso queremos isso. Não é só a Dra. Carol.
 323 Dra. Carol, a senhora não se manifestou ainda. SR. LAÉRCIO DOS
 324 SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Eliana pediu a palavra também,
 325 presidente. DES. PRESIDENTE: Com a palavra Dra. Carol. SRA.
 326 CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Bom dia a todos. Em relação à
 327 comissão do Marajó, ela precisa mesmo ter uma continuidade. Eu,
 328 infelizmente, Excelência, participei, eu entrei na comissão já no final do
 329 ano de 2019 e participei somente de uma reunião. Aí daí-veio a pandemia,

10

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS A GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

330 e não aconteceu mais nada. Eu apoio a proposição da Dra. Eliana, para
331 que a Faepa prossiga na coordenação da comissão, até porque eu acho,
332 assim, o Incra e outros órgãos, enquanto órgãos técnicos, o Incra e o
333 Iterpa, acho que fica mais fácil, é mais interessante colaborar enquanto
334 para fornecer informações técnicas, dados técnicos e cartográficos e fazer
335 essa discussão a respeito da situação no Marajó, mas para coordenar a
336 comissão, eu apoio a proposição da Dra. Eliana para que a Faepa seja a
337 coordenadora da comissão a partir de então. SR. LAÉRCIO DOS
338 SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Eliana, presidente. DES. PRESIDENTE:
339 Dra. Eliana. SRA. ELIANA ZACCA: Muito obrigada pela confiança para
340 que a gente assuma essa coordenação. Na realidade, quem vinha
341 participando pela Faepa, neste grupo, quer dizer, é o seu representante
342 titular, é o coronel Solano, ele que hoje não está participando dessa
343 reunião porque tirou uma semana de férias. Mas eu venho
344 acompanhando junto com ele os trabalhos, já faz mais de ano.
345 Realmente, antes da pandemia, que ele fez um relatório sintetizando
346 todos os pontos apresentados em pareceres recebidos dos diversos
347 órgãos federais, como também da Procuradoria Geral do Estado. Mas
348 apesar disso, a situação é complexa, é controversa, e não só se limita a
349 futuras titulações ou alienações de terras. Existe, hoje, uma situação dos
350 atuais proprietários, transformados em ocupantes, que perderam parcial
351 ou totalmente área de reserva legal, com a implantação de
352 assentamentos promovidos pelo INCRA e SPU, com ação do Incra e
353 SPU, inclusive, colocaram, fizeram assentamentos em áreas que
354 constituíam reserva legal de propriedades, inviabilizando o CAR da
355 propriedade, inviabilizado e impedindo o acesso a financiamento
356 bancário criando uma e a situação permanece caótica. Então, são muitos
357 desdobramentos que existem por falta dessa definição. E nós temos o
358 maior interesse em acelerar isso. Mas eu, já em nome do Dr. Solano, que
359 é o representante titular da Faepa, na próxima semana, já me
360 comprometo a entrar em contato com todos e compatibilizar uma agenda
361 para ver se, nessa próxima semana, a gente já faz uma reunião para
362 poder dar seguimento aos trabalhos e tomar as providências necessárias.

11

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

363 Obrigada. DES. PRESIDENTE: Pelo dito, pelo que eu estou ouvindo, a
 364 comissão avançou, só falta, logicamente, chegar a um dominador comum,
 365 não é? Tem apontamento daqui, tem apontamento dali. Por exemplo, já
 366 ouviram a Anoreg sobre o assunto? [falas sobrepostas] SRA. ELIANA
 367 ZACCA: Não, a Anoreg não foi ouvida. Teve vários pareceres, mas do
 368 Incra, SPU, PGR, da ANA, mas da Anoreg não tem, não. DES.
 369 PRESIDENTE: A Anoreg é um parceiro [ininteligível] para que nós
 370 observemos isso, não é? Porque, ao final, a comissão de conflitos irá dar
 371 não a solução, mas o encaminhamento necessário, não é? Após,
 372 logicamente, a oitiva do órgão ministerial, no caso aqui hoje seria o Dr.
 373 Waldir, não é isso, Dr. Waldir? Ou então, a Dra. Herena. Não sei por onde
 374 ela anda que hoje não está presente, e a Dra. Ione também. [falas
 375 sobrepostas] SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Ione
 376 está presente, doutor. DES. PRESIDENTE: Dra. Ione, bom dia. A senhora
 377 anda sumida. Ela parece que não quer mais falar com a gente, viu, Dr.
 378 Waldir. Dra. Ione, a senhora tem que dar a sua contribuição. A senhora é
 379 uma das peças-chaves nessa comissão do Marajó, não é? E agora, como
 380 nós estamos escolhendo um novo coordenador, não é? Eu pedirei,
 381 inclusive, à nova coordenação que encaminhasse encaminhe um ofício,
 382 e verificasse junto à Anoreg alguma situação que possa vir a ajudar a
 383 comissão. A Dra. Ione, se não deu contribuição, deverá dá-la, não é?
 384 Porque é uma das pessoas-chaves nessa situação, para nós resolvermos
 385 essa situação. Resolvermos não, darmos o encaminhamento necessário
 386 para que as autoridades, com a nossa contribuição, né, resolvam a
 387 situação para acabar com essa indefinição. Essa é a grande verdade, não
 388 é? Seja bem-vinda, Dra. Ione, não é? SRA. IONE MISSAE DA SILVA
 389 NAKAMURA: Obrigada, desembargador. Pode contar com o nosso apoio,
 390 sim. Eu lamento algumas ausências, realmente, minhas. Eu estou no
 391 período de transição, assumi recentemente a Promotoria Agrária de
 392 Castanhal, que inclui o Marajó. Então, o senhor pode contar comigo,
 393 porque também é uma das minhas atribuições funcionais, né, o Marajó.
 394 E, recentemente, eu estive lá em Salvaterra, passei uma semana
 395 conhecendo um pouco os conflitos daquela região, a pedido da nossa

12

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS A GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

396 corregedoria do MPPA, que esteve em correição no Marajó,
 397 recentemente, e chamou a atenção para a necessidade de tratamento
 398 dos conflitos naquela região. Pode contar comigo, Excelência, obrigada.
 399 DES. PRESIDENTE: Agora, eu pediria ao Dr. Tiago que não se afastasse
 400 da comissão. Dr. Tiago, o senhor é uma pessoa-chave também. Da
 401 coordenação, tudo bem, mas não da comissão. SR. TIAGO MARÇAL
 402 LIMA: Não, de forma alguma, Excelência. Vou me manter como membro,
 403 como representante da AGU. E quando eu falei de interesse, obviamente,
 404 são vários interesses contrastantes(F), mas legítimos em seu... DES.
 405 PRESIDENTE: Sim. SR. TIAGO MARÇAL LIMA: Eu quis dizer mais o
 406 interesse de dever funcional, né, previsto em lei. DES. PRESIDENTE:
 407 Sim, eu sei. SR. TIAGO MARÇAL LIMA: Então, às vezes, vão haver
 408 situações ali cinzentas que são um pouco complicadas para mim. DES.
 409 PRESIDENTE: Não, eu entendi muito bem suas razões... SR. TIAGO
 410 MARÇAL LIMA: E aproveitando-- DES. PRESIDENTE: Não se afaste da
 411 comissão, sabe por quê? Porque a AGU tem o interesse, mas acima de
 412 tudo, tem o interesse jurídico do Dr. Tiago, não é? SR. TIAGO MARÇAL
 413 LIMA: Sim, sim. DES. PRESIDENTE: E o Dr., Tiago em que pese puxar
 414 pela AGU, mas ele tem também o interesse jurídico, e tem seu nome lá.
 415 E o seu nome é o que mais importa, juridicamente. Eu não estou fazendo
 416 disso ou daquilo, não, eu só espero que o senhor não se afaste da
 417 comissão até um [ininteligível] final. [ininteligível]. SR. TIAGO MARÇAL
 418 LIMA: Não, de forma alguma. Até para contribuir com os vindouros
 419 pareceres jurídicos que vierem da nossa instituição sobre o assunto. DES.
 420 PRESIDENTE: Tá bom. SR. TIAGO MARÇAL LIMA: E aproveitando, eu,
 421 também, né, a AGU, de acordo com a coordenadoria pela Faepa, não é?
 422 Não tinha dado o nosso endosso. Nós não temos nada a opor, muito pelo
 423 contrário, que a coordenação fique com a Faepa e que a gente possa
 424 continuar aí discutindo e dando os encaminhamentos que precisam ser
 425 dados. DES. PRESIDENTE: Dr. Waldir tem alguma coisa contra? Dr.
 426 Waldir? Não estamos lhe ouvindo, ligue o seu microfone. Agora. SR.
 427 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: A princípio não, Excelência, não
 428 tenho nada a opor com relação à coordenação do GT Marajó. Acho que

13

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

429 a Dra. Ione também não tem. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
430 JUNIOR: Presidente. DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. LAÉRCIO DOS
431 SANTOS ROSA JUNIOR: Pediu a palavra, na sequência, a Dra. Caroline
432 e o Dr. Antônio Carlos. DES. PRESIDENTE: Pois não, Dra. Caroline. SR.
433 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Caroline, do Incra. SRA.
434 CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Dr. Mairton, não, é só retomando
435 uma fala que a Dra. Eliana fez a respeito da criação dos assentamentos
436 lá no Marajó. Esses assentamentos são projetos de assentamento
437 agroextrativistas, que eles são diferenciados, não é? O Incra não...
438 digamos assim, o Incra só fez reconhecer, né, o Incra reconheceu a posse
439 e o uso daquelas terras por populações ribeirinhas, tradicionais, que lá
440 habitam. Essa ação do Incra foi feita a partir ou juntamente com o Iterpa,
441 porque teve um acordo, um termo de cooperação técnica que foi firmado
442 na época, para que o Incra pudesse fazer essa ação lá. Então, penso eu,
443 que algum estudo preliminar deve ter sido feito nas áreas para identificar,
444 fazer uma arrecadação, né, verificar a situação de particulares na área
445 serem incluídos ou não nos projetos, dependendo da característica, se
446 essas pessoas, se esses particulares se encaixavam no perfil para a
447 criação do assentamento. Mas era só para trazer esse detalhe mesmo,
448 que o Incra agiu com o SPU e também com o Iterpa, a partir desse de
449 termo de cooperação técnica que foi firmado na época. Posso até verificar
450 e já disponibilizar, para a comissão do Marajó, para uma informação
451 adicional já para os trabalhos da comissão. DES. PRESIDENTE: Apenas,
452 para a Dra. Caroline, Dra. Carol, para a senhora verificar, também, quais
453 foram esses títulos que iriam ser doados, vendidos, sei lá, pelo presidente,
454 na ocasião, se o Incra tiver esse levantamento. E aí coloque também para
455 a própria comissão do Marajó para fazer esse compêndio todo e trazer
456 aqui para a nossa comissão, aprovarmos ou não, tá certo? O que vem lá,
457 o relatório que vem de lá, para nós darmos, aquilo que eu digo, uma
458 solução, tá? Mas isso aí, a coordenadora deve, a nova coordenação
459 deverá fazer uma reunião com os componentes da comissão para que
460 seja efetuada essa situação toda, inclusive, essa que a senhora citou
461 agora. E a que eu estou solicitando também, que eu tive tomado

14

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

462 conhecimento extraoficial, tá? Dr. Antônio Carlos Apolinário, fique à
 463 vontade, a palavra é sua. SR. ANTÔNIO CARLOS APOLINÁRIO DE
 464 SOUZA CARDOSO: Agradeço a palavra ao desembargador Mairton. E a
 465 manifestação da Anoreg, atendendo ao convite do desembargador, foi
 466 deixando claro que há, sim, interesse de somar os esforços das outras
 467 entidades, dessas organizações e instituições para tentar auxiliar na
 468 composição do ordenamento territorial do arquipélago do Marajó. E deixar
 469 claro que, como o desembargador falou, não há atribuição da Anoreg,
 470 realmente, na questão fundiária, a resolução dos conflitos fundiários
 471 deverão vir encaminhados pelo Incra e pelo Iterpa. Entretanto, podemos
 472 somar com algumas metodologias, como a questão que a Dra. Eliana ia
 473 mencionou sobre a sobreposição de criação de áreas de conservação.
 474 Existe uma problemática que a União, os órgãos públicos não são
 475 obrigados a fazer abertura de matrícula, mas quem sabe fazendo a
 476 abertura de matrícula para área de produção ou para titulações efetuadas,
 477 a gente consiga um arquivo perene dentro dos cartórios que vão indicar
 478 eventuais sobreposições. Como a Dra. Caroline mencionou há pouco, às
 479 vezes, em gestões antigas, há esforços, há estudos que são elaborados,
 480 há convênios que são assinados, contudo, com a mudança da
 481 composição dos órgãos, esses relatos, esses documentos são perdidos.
 482 Talvez se houvesse a prática de, mesmo sem obrigatoriedade, mas fazer
 483 a abertura dessas matrículas, a gente tivesse ao menos um registro
 484 dentro dos imóveis e pelo menos indicações claras de sobreposições ou
 485 de trabalhos ocorridos no passado teriam alguma documentação. Então,
 486 sim, mais uma vez, reitero que há interesse da Anoreg de somar os
 487 esforços, de contribuir naquilo que for possível e fazer a gestão de
 488 metodologias dentro do acatamento das autoridades competentes, que
 489 seriam Ministério Público, Advocacia Geral da União, Iterpa, PGE e AGU.
 490 Agradeço. DES. PRESIDENTE: Eu queria atentar para uma situação que
 491 está me preocupando, né, já que a Anoreg acabou de falar, tem uma
 492 situação que está me preocupando, direito de ocupação que estão dando,
 493 né, uma forma de política, para que... aí o que os cartórios de imóveis,
 494 hoje, estão fazendo, viu, doutor? Estão averbando na margem esse direito

15

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

495 de ocupação. Aí a pessoa que não sabe, pensa que já é proprietário, e
 496 não o é. Mas está preocupando. Eu queria que os órgãos competentes, o
 497 doutor... Cadê a Dra. Ione, que é de Castanhal? Mas o Dr. Waldir está
 498 aqui. Viu, Dr. Waldir, verificar essa situação que preocupa, mas preocupa
 499 muito essa invencionice que já vem já de um certo tempo para cá, né,
 500 dando que as pessoas se auto... já intitulam, e aí advém o conflito. O
 501 conflito acredito que esteja acontecendo aqui em Belém, talvez em
 502 Ananindeua, eu não sei se algum outro município, mas está havendo.
 503 Está havendo e está que nem um rastro de pólvora. E eu queria pedir
 504 também ao Dr. Antônio Carlos Apolinário, que é da Anoreg, para que os
 505 oficiais de registro de imóveis observem essa situação, né, bem, é
 506 permitido a averbação? A princípio, sim, mas daqui a pouco os juízes
 507 começarão já a colocar e em prato limpo. Então é bom que a gente...
 508 Olha, eu estou vendo essa situação já há bastante tempo e estou
 509 preocupado com essa situação. Não sei se é tema político, eu não quero
 510 me meter em política, [ininteligível], não sei se é política, não me
 511 interessa, o que me interessa é que a população daqui a pouco não
 512 chegue e comece a brigar, comece a ter esses conflitos todos que nós
 513 estamos, todos nós estamos tentando para que não haja conflitos maiores
 514 do que já houveram houve, não é? Depois que nós começamos a colocar
 515 a nossa comissão para funcionar, os senhores estão vendo que os
 516 conflitos desferreceram (F), não são mais como antigamente. Pelo
 517 menos, eu estou aqui com três juízes agrários que poderão me informar
 518 isto, né, se desferreceram (F) ou não. O que nós temos aqui são posses
 519 antigas, são conflitos antigos que estamos querendo resolver, na da
 520 melhor forma possível, tá certo, gente? Então é uma preocupação minha,
 521 como Ouvidor, porque eu estou vendo o que está acontecendo, não só
 522 em Belém como em Ananindeua. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA
 523 FILHO: Dr. Mairton, eu pediria, então, que o Dr. Laércio pudesse registrar
 524 isso. E, se fosse possível, remeter um ofício ao MP, inclusive, só no
 525 sentido de justificar, então, a gente pedir informações aos promotores de
 526 cada vara agrária sobre essa situação. DES. PRESIDENTE: Ah, sim, sim,
 527 sim. Talvez as varas agrárias dos outros municípios, mas daqui de Belém

16

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

528 nós temos. Dr. André, por onde ele anda? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-
 529 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Diga, desembargador Mairton, estou lhe
 530 ouvindo. DES. PRESIDENTE: Dr. André, o senhor já ouviu falar na
 531 ocupação? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:
 532 Desembargador, eu confesso a Vossa Excelência que eu ainda não
 533 recebi nenhum tipo de relato a respeito dessa situação. DES.
 534 PRESIDENTE: Por enquanto o senhor não vai receber, mas já está
 535 sendo, já está sendo. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA
 536 FONSECA: Pois é. DES. PRESIDENTE: Isso aí a Anoreg poderá até
 537 informar. Já está sendo-- SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA
 538 FONSECA: Eu ouvi atentamente isso que Vossa Excelência-- DES.
 539 PRESIDENTE: Se não me falha a memória [ininteligível] Ana Júlia, tá?
 540 [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Ou então do governo, no
 541 primeiro governo do atual prefeito Edmilson já vêm sendo feitas essas
 542 ocupações. As quais estão sendo registradas, aliás estão sendo
 543 averbadas à margem das matrículas de registros de imóveis. É o
 544 conhecimento que eu tenho extraoficialmente, certo? SR. ANDRÉ LUIZ
 545 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Entendi. DES. PRESIDENTE: E
 546 está me preocupando isto, está me preocupando, porque a pessoa que
 547 recebe aquele título já pensa que é proprietário, e não o é. SR. ANDRÉ
 548 LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Inclusive, eu acredito,
 549 desembargador, que o próprio titular do registro de imóveis tem uma
 550 posição importante nessa situação, no sentido de fazer esse
 551 esclarecimento a essa pessoa, não é? De que aquilo ali não se trata de
 552 uma propriedade, não é? Na medida em que a propriedade, pela própria
 553 legislação, ela se dá pela transcrição da escritura pública no cartório de
 554 registro de imóveis, e não por uma mera averbação de um documento
 555 como este. Então, é importante levar esse fato ao conhecimento de uma
 556 pessoa menos entendida da área jurídica para que essa situação que
 557 Vossa Excelência está relatando não venha, de fato, a ocasionar uma
 558 expectativa de um direito que, na verdade, não se trata de propriedade,
 559 pode ser qualquer outra coisa, pode ser o conhecimento de uma posse,
 560 pode ser um reconhecimento de uma detenção, enfim, qualquer coisa.

17

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

561 Mas não se trata de propriedade na acepção estrita da palavra, né, na
 562 acepção jurídica da palavra. DES. PRESIDENTE: Eu até pediria,
 563 inclusive, então, ao Dr. Antônio Carlos Apolinário, que é o representante
 564 da Anoreg, que faça esses esclarecimentos, e é verdade, para os oficiais
 565 de registro de imóveis, a fim de que não venham, posteriormente, a
 566 acontecer conflitos que os oficiais de registro de imóvel poderão ajudar a
 567 acabar, não é? E explicar o que diz a lei, apenas isso. Tem uma música
 568 que diz: "só é dono quem registra", aí coloca até o nome do oficial, não
 569 é? E ele já falou: mas está na lei, está na lei, só é dono quem registra. Aí
 570 a pessoa vai ao cartório de registro de imóveis e faz aquela averbação,
 571 como sendo um título de proprietário, aí é complicado. Eu queria solicitar,
 572 então, ao Dr. Antônio Carlos que fizesse uma circular, sei lá, sobre esse
 573 assunto, aos cartórios de registro de imóveis, tá? SR. LAÉRCIO DOS
 574 SANTOS ROSA JUNIOR: Presidente. SR. WALDIR MACIEIRA DA
 575 COSTA FILHO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS
 576 SANTOS ROSA JUNIOR: Pela ordem, estão pedindo a palavra o Dr.
 577 Waldir [ininteligível], em seguida o Dr. Antônio Carlos. SR. WALDIR
 578 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Não, mas era aproveitando para também
 579 o Dr. Antônio Carlos responder, esses casos, Dr. Mairton, não é mais um
 580 caso de ocupação urbana, ao invés de agrária? DES. PRESIDENTE: É
 581 urbana, é urbana, é feito pela prefeitura. SR. WALDIR MACIEIRA DA
 582 COSTA FILHO: Pois é, aí não sairia do nosso alcance, desembargador?
 583 DES. PRESIDENTE: Não, porque... Veja bem, eu estou querendo ir mais
 584 além, porque eu estou com um projeto para também abranger os conflitos
 585 coletivos na área urbana, não é? Nós vamos transformar a ouvidoria
 586 agrária em ouvidoria fundiária, é até um projeto que está lá para o tribunal.
 587 Mas nós não... nós estamos aqui cuidando de conflitos, principalmente
 588 conflitos coletivos, por que não adiantarmos logo essa situação, se nós já
 589 estamos antevendo que irá haver conflito? Você me entendeu, Dr. Waldir?
 590 Não é que eu queira extrapolar da nossa função aqui da comissão, não,
 591 não é isso. O que eu desejo é que os conflitos já sejam... nós estamos
 592 prevendo um futuro, então vamos ver se a gente termina logo pela raiz
 593 aqui, me entende? Mas com a palavra o Dr. Antônio Carlos. Diga, Dr.

18

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

594 Antônio Carlos. SR. ANTÔNIO CARLOS APOLINÁRIO DE SOUZA
 595 CARDOSO: Desembargador, o que eu ia até sugerir, então, até antes da
 596 próxima reunião, eu poderia fazer uma minuta junto com o colégio
 597 registral sobre uma orientação direta aos colegas responsáveis por
 598 cartórios de registro de imóveis, onde tenham essas ocupações, eu
 599 acho que em terreno de [ininteligível], não é, desembargador? E aí eu
 600 submeteria aos colegas, poderia fazer até pelo nosso grupo e pelo e-mail
 601 geral. E, assim, se houver consenso entre nós, na próxima reunião
 602 podemos deliberar. E aí a gente faz uma nota entre o colégio registral e
 603 também pode pedir para a corregedoria encaminhar aos cartórios de
 604 registro de imóveis. DES. PRESIDENTE: Sim. SR. ANTÔNIO CARLOS
 605 APOLINÁRIO DE SOUZA CARDOSO: Com uma orientação sobre, quem
 606 sabe, a não averbação, se avaliarmos que realmente está gerando uma
 607 litigiosidade, essa averbação não está atingindo sua finalidade, de
 608 pacificar ou de garantir segurança jurídica. Ou então deliberarmos de que
 609 se faça averbação de maneira condicionada ao prévio acautelamento, a
 610 informação das partes. E quem sabe até elaborar o modelo da averbação
 611 para deixar claro que não se trata de direito real, que se confunde com a
 612 propriedade. Mas aí posso deliberar, trazer aos colegas, e aí podemos
 613 ratificar ou não na próxima reunião. Mas previamente à próxima reunião,
 614 eu já disponibilizo a minuta. DES. PRESIDENTE: E sugeriria, doutor, que
 615 nessa situação a Anoreg contasse com a participação do procurador do
 616 município de Belém e do município de Ananindeua, que são os dois
 617 municípios que eu tenho conhecimento. Por exemplo, no município de
 618 Belém eu tenho conhecimento porque já morei em uma área dessa,
 619 entendeu? Então, eu tenho conhecimento pessoal sobre o assunto. Que,
 620 inclusive, isto já está no Supremo Tribunal Federal e até o momento, há
 621 mais de 40 anos está no Supremo Tribunal Federal e até hoje o litígio está
 622 para lá e até hoje não foi resolvido. Mas iniciou com essa situação, viu,
 623 Dr. Waldir? Iniciou com uma situação nesse estilo, não é? Foi na época
 624 do então prefeito, hoje prefeito Edmilson Rodrigues. Aconteceu esta
 625 situação que eu estou expondo, por isso a minha preocupação. A minha
 626 preocupação, esta... Por exemplo, hoje, já não se consegue mais tirar

19

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

627 nenhuma pessoa, agora, a preocupação é como fazer o registro, e isso
 628 aí, o Supremo Tribunal Federal ainda vai decidir quanto a isso. A Codem
 629 vem em umas situações todinhas querendo dar, empurrando com a
 630 barriga, como se chama, e até hoje não se deu solução alguma. Ou seja,
 631 os políticos criam os conflitos, e nós é que temos que resolvê-los.
 632 Enquanto isso, a coisa fica por lá. Se nós não fizermos a coisa...
 633 cortarmos pela raiz, os políticos vão continuar fazendo isso e vão criando
 634 problema e vão criando problema, e nós temos que acabar. Nós estamos
 635 com essa situação em voga. E tenho conhecimento que está novamente
 636 acontecendo. Nada contra política, nada contra ninguém. Agora, vamos
 637 fazer a coisa certa, principalmente quando se trata de patrimônio. Se nós
 638 não assim agirmos, nós estamos fechando os olhos, vamos ser omissos.
 639 E eu não quero ser omissos a nada. Se, porventura, a comissão disser:
 640 não, nós não vamos nos meter nisso. Que bom, eu lavo minhas mãos.
 641 Mas acredito que toda a comissão deseja alguma solução quanto a esse
 642 aspecto, não é? Acabar com essas indefinições que nós temos. Então...
 643 [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Oi? SR. LAÉRCIO DOS
 644 SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. João de Jesus, da Fetagri, em seguida a
 645 Dra. Eliana, da Faepa, pediram a palavra. DES. PRESIDENTE: Doutor da
 646 Fetagri, primeiro, então. Pois não, Dr. João. SR. JOÃO DE JESUS
 647 SOUSA: Bom dia a todos. Desembargador, só, quando a gente trata do
 648 Abrace o Marajó, nós queríamos colocar aqui uma preocupação nossa,
 649 que a gente tem recebido informações das comunidades dos
 650 assentamentos, dos nossos PDSs(F) lá da comunidade de que tem sido
 651 feita muito pouca escuta desses envolvidos. Então, só deixar registrado
 652 isso, para que, agora, com a nova coordenação, a gente possa, de fato,
 653 melhorar nesse sentido, nessa escuta. E como está sendo, inclusive, a
 654 participação desse sujeito nas ações do Abrace o Marajó. Era isso,
 655 doutor. DES. PRESIDENTE: Tá. Eu queria esclarecer que tem assento
 656 nessa comissão criada, do Abrace o Marajó, na comissão que está
 657 apurando, o Dr. Girolamo, pela Fetagri, não é isso, Dr. Laércio? SR.
 658 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso, é o titular, Excelência.
 659 DES. PRESIDENTE: É. Então, eu pediria ao Dr. João, né, que

20

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

660 encaminhasse também a sua reivindicação a ele próprio, para que
 661 quando a coordenação reunisse todos, para fazer um apanhado total, o
 662 Dr. Girolamo o levasse, ou então o senhor, se estiver também, como
 663 suplente, colocar essa situação que o senhor acabou colocar, tá bom?
 664 SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Muito bem, doutor. Obrigado. SR.
 665 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Eliana, Excelência. DES.
 666 PRESIDENTE: Dra. Eliana. SRA. ELIANA ZACCA: Eu só queria ressaltar
 667 que nós também comungamos com a mesma preocupação externada
 668 pelo desembargador Mairton, quanto às novas concessões de cessão de
 669 uso que estão sendo distribuídas pelo Incra, né, em que áreas estão
 670 incidindo. Porque, lá atrás, no passado, né, com as emissões de TAUs, o
 671 próprio Ministério Público emitiu recomendações que suspendesse, fosse
 672 revista, inclusive, cinco anos para trás, a emissão desses TAUs, por
 673 causa de várias denúncias recebidas de irregularidades cometidas.
 674 Então, a nossa preocupação é que não se venha a legalizar o que era
 675 ilegal, não é? E até hoje, apesar desse posicionamento do Ministério
 676 Público Federal, em 2017, nós não sabemos se o Incra ou a SPU
 677 atenderam essas recomendações. Fizeram alguma coisa nesse sentido?
 678 Não se sabe, não é? E, mais recentemente, durante a oficina do Abrace
 679 o Marajó, conversando com o coronel Neil, que é o superintendente do
 680 Incra aqui de Belém, a SR-01, não é? ele falou que existe já uma posição,
 681 uma definição de que a SPU, o Serviço de Patrimônio da União não pode
 682 ficar emitindo títulos ou concessões. não é? Que essa competência cabe
 683 exclusivamente ao Incra. não é? O SPU deve, é responsável pela gestão
 684 do patrimônio da União, mas não pode ficar fazendo emissão de títulos,
 685 como vinha fazendo anteriormente. Eram essas as considerações a fazer.
 686 DES. PRESIDENTE: Então, Dr. Tiago, muito obrigado, Dr. Tiago, o
 687 senhor tem compromisso, não é? O Dr. Waldir quer falar? Fique à
 688 vontade, Dr. Waldir. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: É aquilo
 689 que eu lhe falei antes, desembargador, um adendo, seria interessante,
 690 então, se registrar aí na ata e remeter esse ofício ao MP. Mas aí, diante
 691 dessa informação da Dra. Eliana, também, remeter o ofício ao
 692 representante do Ministério Público Federal. DES. PRESIDENTE: Uhum,

21

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

693 sobre o assunto, se manifestar é isso? SR. WALDIR MACIEIRA DA
694 COSTA FILHO: É-- DES. PRESIDENTE: Em relação ao SPU, é isso? SR.
695 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Se já existe uma recomendação,
696 como a Dra. Eliana falou, então, saber em que pé está-- [falas
697 sobrepostas] SRA. NICOLE CAMPOS COSTA: Eu não tenho
698 conhecimento dessa recomendação que a Dra. Eliana falou, eu estou na
699 Procuradoria Regional de Direito do Cidadão há um ano. A Dra. Eliana
700 falou que é de 2017, essas recomendações? SRA. ELIANA ZACCA:
701 Exatamente, 2017, eu tenho cópia [ininteligível]. SRA. NICOLE CAMPOS
702 COSTA: É, eu posso averiguar se ainda... acredito que não existam ainda
703 procedimentos sobre o assunto, mas eu posso dar uma olhada e ver qual
704 é a situação da recomendação. Não sei se a SPU, se o representante da
705 SPU aqui presente também não saberia tratar. Eu não tenho
706 conhecimento do teor das recomendações. DES. PRESIDENTE: Dr.
707 Tiago. SR. TIAGO MARÇAL LIMA: Só um adendo, eu também não tenho
708 conhecimento. Eu acho que, inclusive, lá tem assento, né, tanto aqui na
709 comissão, quanto no GT Marajó. Eu acredito que não tenha ninguém hoje
710 presente. Mas até onde eu sei, não estão sendo expedidos novos TAUs.
711 Agora, o TAU, a política do TAU, no momento, né, enquanto advogado da
712 União e representante da União, é uma política pública válida. Agora, o
713 que ficou acertado é que a SPU, ela faria a revisão de alguns desses
714 TAUs, né, enfim, baseado aí em um cronograma por município, né,
715 porque, enfim, foram vários TAUs, milhares de TAUs em vários
716 municípios do Marajó, é uma situação muito complicada. Mas é uma
717 competência da SPU, expedir. A política pública de regularização
718 fundiária é da SPU, né, esse é o nosso entendimento, não do Incra. O
719 Incra, ele tem alguns projetos, inclusive, isso já teve alguns conflitos
720 internos de atribuição de competência, mas a definição, demarcação de
721 terrenos de marinha, e de áreas de várzeas federais e outros bens que
722 são legalmente ou constitucionalmente atribuídos à União, especialmente
723 naquela região ali do Marajó, estão dentro das competências da
724 Superintendência de Patrimônio da União. Agora, novamente repito, a
725 política do TAU, no momento, acredito que não estejam sendo expedidas

22

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

726 novos Termos de Autorização de Uso. Eu me lembro que até em uma das
 727 reuniões que nós fizemos, eu acho que até na comissão, um membro da
 728 SPU, representante da SPU participou, e eles tinham feito um projeto
 729 piloto para rever, né, todos esses TAUs, tinham definido as áreas, iam
 730 fazer município por município. Eu não sei, de fato, precisar como anda,
 731 né, essa política de revisão para validação ou invalidação de alguns
 732 documentos específicos que, eventualmente, tenham sido expedidos em
 733 desacordo com a política pública, né, em desacordo da lei. Então, eram
 734 só esses esclarecimentos que eu gostaria de fazer, Excelência. Eu
 735 gostaria de agradecer, mais uma vez, aí, a recepção, agradecer a todos.
 736 Eu tenho que me ausentar agora para uma audiência judicial. E eu
 737 aguardo aí a chamada da Faepa, então, para a próxima reunião que a
 738 gente vai discutir a situação, principalmente, jurídica do Marajó. Obrigado
 739 a todos, bom dia. DES. PRESIDENTE: Tá, muito obrigado, Dr. Tiago. Mas
 740 sempre se faça presente. Nós precisamos dos vossos pensamentos
 741 jurídicos, que são bastante elucidadores, tá certo? SR. TIAGO MARÇAL
 742 LIMA: Claro, Excelência-- DES. PRESIDENTE: Dr. Waldir... SR. TIAGO
 743 MARÇAL LIMA: A questão do Marajó. Mas, obrigado, mais uma vez. Bom
 744 dia a todos, senhores. Com licença. DES. PRESIDENTE: Dr. Waldir, eu
 745 sugeriria à Dra. Eliana para que mandasse diretamente ao Ministério
 746 Público esta situação que ela acabou de expor, tá? Seria melhor assim?
 747 [falas sobrepostas] SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Já
 748 mandar para o MPE e para o MPF. DES. PRESIDENTE: Isso. Doutora,
 749 por gentileza. [falas sobrepostas] SRA. ELIANA ZACCA: Ministério
 750 Público federal e estadual? DES. PRESIDENTE: Federal e estadual, tá?
 751 SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: É, porque aí a gente vê o
 752 que é da nossa atribuição. E a Dra. Nicole vê o que é da atribuição com o
 753 MPF, não é? Já que ela englobou várias situações. DES. PRESIDENTE:
 754 Muito bem. Então, vamos, para dar-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
 755 JUNIOR: Dra. Caroline pediu a palavra, presidente. DES. PRESIDENTE:
 756 Quem? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Caroline.
 757 DES. PRESIDENTE: Dra. Caroline, vamos lá. SRA. CAROLINE BASTOS
 758 DO AMARANTE: Assim, corroborando com isso que o Tiago falou, sobre

23

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

759 a expedição de TAUs, eu acho assim, uma boa parte desses problemas
760 que ainda persistem no Marajó, o ideal seria que esses órgãos técnicos,
761 o Incra, até o Iterpa mesmo, e o SPU fossem a campo, fossem às áreas,
762 verificassem a situação *in loco*. Porque, por exemplo, quando o Incra criou
763 esses projetos de assentamento agroextrativistas lá, ele não colocou
764 ninguém lá. O Incra só reconheceu a existência morada (F) e o uso
765 daquelas terras lá, e reconheceu a posse, a posse e uso daquelas
766 pessoas lá. Agora, a gente sabe que as pessoas mudam, elas mudam de
767 lugar. Enfim, o ideal seria mesmo o trabalho em campo para, digamos,
768 [interrupção no áudio] esses contratos de concessão de uso que foram
769 emitidos com as TAUs, para ver se a situação documental ainda está de
770 acordo com a situação *in loco*. Esse seria o ideal. Não sei, eu posso
771 recolher essas informações, tentar recolher, porque o Incra criou cento e
772 tantos processos de assentamento agroextrativistas lá na área. Então são
773 muitas famílias que têm lá e que tiram sustento daquelas áreas, mas o
774 ideal seria ir lá para fazer. Eu acho. Mas como a gente está em época de
775 pandemia, eu sei que fica difícil, também, a questão dos recursos, eu não
776 sei se o Incra vai ter disponível recursos para ir na área fazer toda...
777 porque não é um trabalho para um dia só, é um trabalho para levar meses.
778 Mas, enfim, o Incra, da minha parte, a gente vai tentar, junto, agora, com
779 a nova coordenação né, da Faepa, tentar resolver essa situação,
780 esclarecer, clarear melhor essa situação lá no Marajó. E aí com as
781 informações que o Incra puder fornecer, a gente está à disposição. DES.
782 PRESIDENTE: Tá bom. Deixa eu só lhe fazer uma colocação, Dra. Carol,
783 o Incra tem a sua participação, que é excepcional, assim como o Iterpa,
784 como os órgãos necessários, não é? Agora, o Incra, ao invés também de
785 se preocupar com essas suas situações todas que a gente tem que
786 resolver, que já são muitas, muitas das vezes ingressam em juízo se
787 autointitulando representante da União, ele não é. Quem representa a
788 União é a AGU, sempre foi a AGU. E o Incra às vezes se autointitula: Não,
789 porque eu sou representante da União. Não é, não. Incra não é. Se assim
790 está fazendo, está fazendo de forma errada, está fazendo de forma ruim,
791 até para o próprio juiz que está na causa, não sei qual é o juiz, de qual

24

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

792 área. E o Incra simplesmente está dizendo: Não, que a União tem
793 interesse. A União tem interesse, a demonstração desse interesse da
794 União é através da AGU, que é a representante efetiva da União. O Incra
795 já tem tanta coisa para fazer. Eu pediria até que a Dra. Carol, através do
796 seu conhecimento jurídico, encaminhasse isso ao superintendente do
797 Incra e informasse isso a ele, que a AGU está a pleno vapor. Assim como
798 o Incra tem as suas atribuições, a AGU também tem, e não tem que ficar
799 se arvorando em uma e na outra. SRA. CAROLINE BASTOS DO
800 AMARANTE: Mas, Excelência-- DES. PRESIDENTE: O Incra pode
801 chegar e dizer: Possível interesse da União, mas não dizer que tem
802 interesse. Quem tem que dizer que a União tem interesse não é o Incra,
803 é a AGU. O Incra, nesse caso aqui, deve encaminhar expediente para a
804 AGU, e a AGU é que irá dizer, ela é que é a representante legal da União,
805 entendo eu assim, tá? SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Mas
806 o senhor tem razão, quem representa judicialmente o Incra é a AGU,
807 através da Procuradoria Geral Federal, que tem o contencioso, que
808 representa o Incra judicialmente. Quem representa, quem faz a
809 consultoria do Incra internamente, junto às superintendências, também é
810 a AGU, só que é por meio da Procuradoria especializada, mas quem
811 representa o Incra judicialmente é a AGU, pela PGE. DES. PRESIDENTE:
812 Exatamente. Não, mas acontece que quem faz isso não é a AGU, é um
813 funcionário do Incra. E o funcionário do Incra, lá, vamos... lá em
814 Castanhal, que é uma lá em Santarém, é um representante lá no Incra de
815 lá, que diz: "Não, tem interesse". Não tem, quem tem que demonstrar esse
816 interesse é a AGU. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: É a
817 AGU. Isso o senhor tem razão. DES. PRESIDENTE: Se está vinculado
818 diretamente ao Incra, e deve estar, entendeu? Deve estar, porque os
819 interesses são [interrupção no áudio], entretanto, só quem pode isso
820 afirmar é o representante da AGU. SRA. CAROLINE BASTOS DO
821 AMARANTE: Sim, o senhor está correto. Se tem algum servidor do Incra
822 fazendo isso, ele está agindo de modo incompetente, ele não tem
823 competência para isso. DES. PRESIDENTE: Exatamente. É isso que eu
824 quero colocar. Já tem tanto trabalho em campo, para fazer isso, fazer

25

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

825 aquilo, e ainda quer colocar alguma coisa? Não, por favor. Vamos
826 e convenhamos, não é? SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Não
827 deve ser da SR-01, acredito que do Incra Belém não é. DES.
828 PRESIDENTE: Não, eu tenho uma situação outra, mas tá bom. Vamos lá.
829 **ITEM 2:** Então, vamos ao segundo, não é? Nossa pauta normal. Andamos
830 muito naquela parte do Marajó, aqui é Carta 109/2021, encaminhada pela
831 presidência da Faepa na qual apresenta propostas para mitigar os
832 conflitos e dar paridade de armas aos envolvidos nos litígios,
833 possibilitando aos magistrados mais informações e aperfeiçoamento do
834 processo decisório, e eles apresentam aqui uma série de situações que
835 eu irei ler, mas já foram encaminhadas, Dr. Laércio? SR. LAÉRCIO DOS
836 SANTOS ROSA JUNIOR: Já sim, Excelência, todas, no e-mail. DES.
837 PRESIDENTE: Então, se já receberam, podemos até discutir hoje e então
838 deixamos para outro dia. Primeiro, a carta foi enviada via e-mail a todos
839 os membros da comissão, no dia 23/6. Na referida carta, a Faepa
840 apresenta as seguintes sugestões: 1) identificar todos os envolvidos nos
841 autos, uma vez que nos processos, com as devidas exceções, somente o
842 requerente é identificado; 2) encaminhar os nomes, número de identidade
843 e CPF dos envolvidos no litígio ao Incra (Lei Federal nº 8.629/1993, art.
844 2º, §§ 6º e 7º; 3) viabilizar decisão dos processos de reintegração de
845 posse em um prazo razoável de até um ano. Acima do prazo razoável de
846 um ano, os custos para o Estado e o prejuízo dos requerentes
847 [ininteligível] são relevantes(F); 4) na decisão do cumprimento de
848 reintegração de posse, com auxílio da Força Policial, os custos devem ser
849 cobrados dos ocupantes. Os custos do despejo não devem ser cobrados
850 dos requerentes, os quais, ao terem as decisões de justiça favoráveis,
851 são vítimas e, na maioria das vezes, suas propriedades sofreram danos,
852 ou seja, já foram penalizados. São essas sugestões que eu pedi, não só
853 à Faepa, mas, também, a todos da comissão, que eu só recebi da Faepa,
854 para ver se nós chegávamos a um denominador comum. Não sei se os
855 senhores lembram da reunião passada, que nós déssemos uma luz para
856 ver se nós acabaríamos com a aquelas indústrias de ocupações
857 existentes, tiravam hoje e amanhã eles voltavam porque a polícia saiu, e

26

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

858 por aí vai, e nós tenhamos uma luz, não é? Não sei se o Dr. Waldir pensou
 859 nisso ou o Dr. Ibraim, que é um homem bastante... o Dr. Antônio Carlos
 860 também, não é? A Dra. Eliana já deu as suas contribuições. A Dra. Carol,
 861 que não nos mandou, não é? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
 862 JUNIOR: O Dr. Ibraim pediu a palavra, Excelência. DES. PRESIDENTE:
 863 Pois não, Dr. Ibraim. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Eu vejo
 864 que aqui não tem como eu apresentar, não é? A gente não... não é
 865 permitido apresentar, eu queria apresentar um documento rapidamente,
 866 mas eu leio, então. Bom, eu vi a informação da Faepa-- DES.
 867 PRESIDENTE: Dr. Ibraim, deixa eu fazer uma colocação, tudo aqui é
 868 permitido, desde que não seja ilegal. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS
 869 ROCHA: Oi? DES. PRESIDENTE: Tudo aqui é permitido, desde que não
 870 seja ilegal, certo? SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Não, é
 871 porque-- DES. PRESIDENTE: Se for muito longo. SR. IBRAIM JOSÉ DAS
 872 MERCÊS ROCHA: Não, não é longo. DES. PRESIDENTE: Pois é, então
 873 fique à vontade. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Tá. Bom, eu
 874 li o remetido pela Faepa, e aí várias questões me colocaram aqui, que eu
 875 acho que são relevantes para a comissão. Eu lembro que nós... foi
 876 apresentado pela Fetagri, inclusive, uma proposta inicial de se fazer com
 877 base na resolução do CNJ e, aliás, desculpe, na Resolução nº 10 do
 878 Conselho Nacional de Direitos Humanos, uma proposta de cartilha,
 879 vamos dizer, aquilo que chamaram naquele momento, sobre o
 880 cumprimento das reintegrações. Isso não andou aqui na comissão e, por
 881 outro lado, eu vejo que a proposta da Faepa, infelizmente, ela contraria
 882 tanto essa Resolução nº 10 do CNJ, como a Recomendação nº 90 do
 883 CNJ. Nesse sentido, inclusive, nós sabemos que hoje vigora a liminar do
 884 ministro Barroso na ADPF 828. E aí a ADPF 828, ela, além de criar
 885 algumas barreiras para o cumprimento das reintegrações, que não vem
 886 ao caso agora, mas ela serve também como norte sobre como devem ser
 887 cumpridas as reintegrações, quando autorizativas e exceção a esta
 888 liminar, que ela prevê caso de exceção, tá, por conta da pandemia. E aí
 889 destaco os seguintes elementos que estão descritos na decisão do
 890 ministro Barroso, quando da possibilidade de cumprimento dessas

27

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

891 liminares e que, infelizmente, nenhuma delas está reportada aí na
892 proposta da Faepa. Que são as seguintes que eu coloco aqui. Que são
893 feitas, aliás, o ministro colocou essas condicionantes, com base,
894 justamente, tanto na Recomendação nº 90, de 23 de fevereiro de 2021,
895 do CNJ, portanto, bem recente, e a Resolução nº 10, do Conanda(F), que
896 já é bastante conhecida. Que são as seguintes, vou ler aqui rapidamente.
897 " as remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias
898 excepcionais" sem deixar que essas pessoas fiquem sem teto, sem terra
899 e sem território, "enquanto não houver solução garantidora de direitos
900 humanos, deve-se permitir a permanência das populações nos locais em
901 que tiverem se estabelecido, ainda que temporariamente", promover a
902 garantia dos direitos humanos de acesso a todos os serviços públicos
903 essenciais, especialmente os que afetem atividades escolares de
904 crianças e adolescentes, assistência às pessoas atingidas que fazem
905 acompanhamento médico, a garantia de retirada das colheitas, o
906 levantamento das benfeitorias em tempo razoável. Enfim, então assim,
907 são condicionantes que já existem aí no ordenamento, seja nessas duas
908 resoluções e que vêm sendo replicadas em decisões do STF. E aí,
909 infelizmente, a nota da Faepa, ela não obedece nenhuma dessas
910 condicionantes. Ela, na verdade, tenta criar, e aí, claro, justamente por, e
911 eu entendo o interesse da Faepa em dar celeridade no interesse dos seus
912 associados, mas, infelizmente, o ordenamento jurídico, ele faz um
913 balanceamento das partes em conflitos. Então, eu penso que não há
914 possibilidade de nós aprovarmos a proposta tal como apresentada pela
915 Faepa. É como eu voto, presidente. DES. PRESIDENTE: Tá, deixa eu lhe
916 fazer uma colocação, doutor. Esse assunto surgiu na reunião passada.
917 Eu coloquei que, hoje, vamos esquecer a decisão do ministro Barroso,
918 que não vem ao caso agora, está suspenso, está suspenso. Mas, que nós
919 pensássemos, de forma inteligente, em como acabar com certos conflitos.
920 Por exemplo, hoje a polícia chega, faz uma desocupação de despejo,
921 chega, tira, aí os ocupantes ficam à margem da estrada. A polícia sai, eles
922 vão e invadem de novo. Aí tem que recumprir, novamente, a medida
923 liminar. E isso já se tornou uma espécie de costume. Às vezes, têm três

28

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

924 ou quatro vezes que é feito isso. Então, eu sugeri, na reunião passada,
 925 que alguém da comissão ou extra, pensasse em um jeito de nós não
 926 acabarmos, mas minimizar essas situações, não é? Minimizar como? Aí
 927 é que eu faço a pergunta, como o Dr. Ibrahim tem condições de me dizer,
 928 inteligentemente, como nós podemos acabar com essas situações?
 929 Entra, despeja, aí volta. Despeja, aí volta. Aí fica naquele círculo vicioso,
 930 não é? Então, nós temos que, logicamente, primeiro, ajudar o Estado no
 931 sentido de que a polícia não seja mais usada para fazer esse tipo de coisa,
 932 duas, três, quatro vezes. Porque isso aí vai desencontro a que, não só ao
 933 ser humano, mas também como ao patrimônio dos outros, não é? E a
 934 pessoa sai... Um exemplo clássico que eu cito é aquela... como é o nome
 935 daquela fazenda? Dra. Eliana, me ajude. Do Dr. Marcos Marcelino, fica?
 936 Qual é o município? SRA. ELIANA ZACCA: Não é aquela história-- DES.
 937 PRESIDENTE: Campo Maior, não é? Campo de Boi? Do Marcos
 938 Marcelino. [falas sobrepostas] SRA. ELIANA ZACCA: Marcos Marcelino.
 939 DES. PRESIDENTE: É, pois é. Fica onde? SRA. ELIANA ZACCA: Marco
 940 Marcelino, exatamente. DES. PRESIDENTE: Pois é, já foi tirada duas,
 941 três vezes lá, e hoje está servindo de quê? Era uma linda fazenda, era
 942 referência mundial, né, em termos de sêmen. E hoje já serve para quê?
 943 A pista de pouso está servindo, às vezes, para [ininteligível] uso de
 944 traficante lá. Mas não é isso que eu quero me referir, eu quero falar do
 945 agrário. O agrário ele tem que... entraram uma, saíram. Aí voltaram. Com
 946 aquiescência, inclusive, de alguns candidatos a prefeito, que eu sei, não
 947 é? Aí saíram, e entraram de novo; aí saíram, entraram de novo. Agora,
 948 não sei como está, mas só sei que hoje as notícias nacionais estão dando
 949 é que até tráfico está acontecendo lá na área. Então, surgiu essa situação
 950 minha, foi minha, eu que coloquei, para que as pessoas, né, nós
 951 tivéssemos uma ideia brilhante, para que nós não usássemos mais
 952 polícia, respeitando os direitos humanos, assim como também
 953 verificarmos uma situação inteligente, para que não déssemos também
 954 muito prejuízo às pessoas que são proprietárias da área. Então, a
 955 sugestão que a Faepa mandou foi essa. Qual seria a sua, meu doutor?
 956 Dr. Ibrahim. Não diga agora, fale depois. Dr. Waldir, por favor. Cadê a Dra.

29

Av. Conselheiro Furtado. 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

957 lone? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Eliana pediu a
958 palavra, Excelência. DES. PRESIDENTE: Oi? SR. LAÉRCIO DOS
959 SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Eliana pediu a palavra. DES.
960 PRESIDENTE: Dra. Eliana? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
961 JUNIOR: Eliana, da Faepa. DES. PRESIDENTE: Eliana. Depois, Dra.
962 Eliana, depois. Só feito o esclarecimento, daqui a pouco eu lhe dou. Cadê
963 a doutora... SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Viu, Dr. Mairton.
964 DES. PRESIDENTE: Pois não, meu doutor. SR. WALDIR MACIEIRA DA
965 COSTA FILHO: Houve, inclusive, uma reunião agora recente do CNJ, eu
966 vou até pegar, é uma publicação sobre essa questão das ocupações,
967 tanto a nível agrário como a nível urbano. DES. PRESIDENTE: Tá. SR.
968 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Então, poderia servir de norte
969 para Vossa Excelência e à resposta da Faepa. Foi um levantamento que
970 foi feito, um estudo agora recente e que lá tem algumas diretrizes.
971 Inclusive, eu assisti, porque uma das questões dessa questão das
972 ocupações são exatamente esses ditames aí constitucionais e também a
973 decisão, bem referenciada pelo Dr. Ibraim, do ministro Barroso. Eu vou
974 ver se enquanto Vossa Excelência dá a palavra para a Dra. Eliana, que
975 eu vou ver se eu encontro aqui esse levantamento feito pelo CNJ com
976 algumas diretrizes sobre essa questão das ocupações, tanto urbanas
977 como agrárias. SRA. ELIANA ZACCA: Apenas... O desembargador
978 Mairton já falou algumas coisas que eu queria também externar. Essas
979 propostas foram feitas, inclusive, em cima de procedimentos que juízes
980 agrários já estão adotando, em alguns casos. Não estou dizendo que são
981 todas aí. A questão da decisão do Supremo Tribunal Federal, ela também
982 tem um marco temporal, é a partir da vigência da pandemia, tem
983 processos que já são muito anteriores. Então, esses anteriores, não se
984 discute, eles têm que ser dado sequência, não é? Quanto à resolução dos
985 direitos humanos da OEA, ela também não pode se sobrepôr à
986 Constituição Federal, no direito da propriedade e ao Código Penal, que
987 penaliza invasão de propriedades privadas, não é? E também a vítima,
988 no caso quem tem as suas áreas invadidas, as propriedades invadidas,
989 ela também tem direitos humanos, que devem ser respeitados, não é? E,

30

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

990 segundo, existe, da própria lei federal [interrupção no áudio]. SR. WALDIR
 991 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Caiu seu som, Dra. Eliana. SRA. ELIANA
 992 ZACCA: Eu não sei de onde eu parei, que não estavam ouvindo. A lei
 993 federal vigente, sobre a questão de regularização fundiária e terras da
 994 União, ela estabelece que pessoas envolvidas em conflitos, em invasões
 995 de propriedades, prédios públicos, não são passíveis de serem
 996 beneficiadas por programas de reforma agrária. Então, nós estamos
 997 colocando aí o que diz a lei. Nós não estamos indo além, nós estamos
 998 dentro dos limites de lei, não é? Então, por isso que nós estamos
 999 propondo, que sejam identificados, que seja comunicado ao Incra para
 1000 que o Incra coloque lá no seu cadastro que aquelas pessoas não poderão
 1001 ser beneficiárias de projetos de reforma agrária. SRA. CAROLINE
 1002 BASTOS DO AMARANTE: Sim. Ou se já assentadas, podem perder a
 1003 condição de beneficiária, perder seu lote. SRA. ELIANA ZACCA:
 1004 Exatamente. O que nós propomos foi dentro das linhas da lei. Obrigada.
 1005 SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Senhores, estão me
 1006 ouvindo? SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Acho que caiu,
 1007 várias pessoas caíram. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: É,
 1008 nos tivemos um problema com queda de energia, não sei dizer com
 1009 exatidão quais regiões foram afetadas, mas nós estamos sem conexão,
 1010 inclusive, a do Ouvidor, por enquanto. SR. WALDIR MACIEIRA DA
 1011 COSTA FILHO: De qualquer forma, Laércio, eu remeti o estudo lá do CNJ
 1012 no nosso grupo. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Tudo bem.
 1013 SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: É, importante, então, que as
 1014 partes tenham conhecimento, exatamente a necessidade, inclusive, que
 1015 o próprio... CNJ, a criação de uma coordenação nacional para o
 1016 enfrentamento dessa questão dos conflitos fundiários no Brasil. A
 1017 necessidade da criação, inclusive, já tem um parâmetro da criação de um
 1018 observatório nacional de conflitos fundiários e possessórios. Também a
 1019 necessidade de capacitar juízes e juízas sobre temas ligados a esses
 1020 conflitos. Então, essas são algumas das recomendações apresentadas
 1021 na conclusão dessa pesquisa que está lá. Conflitos fundiários coletivos
 1022 urbanos e rurais, uma visão das ações possessórias de acordo com o

31

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

1023 impacto do novo Código de Processo Civil, que foi divulgado pelo
 1024 Conselho Nacional de Justiça, agora no final de maio. SRA. CAROLINE
 1025 BASTOS DO AMARANTE: Acho que a conexão caiu para muita a gente,
 1026 caiu, não é? SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Está mudo, não
 1027 é? É, acho que caiu. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Está
 1028 estranho. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Está mudo. É. SRA.
 1029 CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: E agora, o que a gente faz? SR.
 1030 IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA: Sem presidente, eu acho que não
 1031 dá para continuar a sessão, não é? SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Bom
 1032 dia, retornando [ininteligível]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
 1033 JUNIOR: Senhores, estão me ouvindo? SR. WALDIR MACIEIRA DA
 1034 COSTA FILHO: Estamos. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE:
 1035 Sim, sim. [falas sobrepostas] SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
 1036 JUNIOR: Em virtude da falta de energia que ocorreu nesse perímetro
 1037 onde se encontra a ouvidoria, o Sr. Ouvidor, o presidente dessa comissão
 1038 instruiu que nós retomemos a reunião em um outro momento, já que nós
 1039 não temos previsão do retorno da energia. Peço desculpas e conto com
 1040 a compreensão de todos os senhores, tá bom? Mas nós vamos continuar
 1041 essa pauta na próxima reunião. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS
 1042 ROCHA: Tá bom. Ok. [falas sobrepostas] SR. WALDIR MACIEIRA DA
 1043 COSTA FILHO: Só registra, então, aquele documento para repassar para
 1044 todos os presentes. SR. JOÃO DE JESUS SOUSA: Obrigado. Até mais.
 1045 SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Por mais que esteja no
 1046 WhatsApp, é um estudo encomendado pelo CNJ com algumas
 1047 orientações. Acho que é importante, inclusive, para discussão agora
 1048 levantada pela Faepa. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Vou
 1049 compartilhar via e-mail também, então, doutor, o que o senhor
 1050 compartilhou pelo grupo, tá bom? Mais uma vez eu peço desculpas a
 1051 todos. E conto com a compreensão dos senhores e os demais itens da
 1052 pauta que não foram tratados irão ser abordados na próxima reunião, tá
 1053 bom? SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Obrigado, Laércio.
 1054 SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Beleza, Laércio.
 1055 Obrigado. [falas sobrepostas] SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA:

32

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
 Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 09/07/2021

1056 Obrigado. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: [ininteligível] e
1057 bom final de semana. SRA. ELIANA ZACCA: Bom final de semana,
1058 fiquem com Deus. *Assim eu, Laércio dos Santos Rosa Junior, servindo*
1059 *como Secretário desta CPMEAQLG, transcrevi. //////////////////////////////////////.*

1060

1061

1062

1063

1064

Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO

1065 Ouvidor Agrário Estadual e Presidente da Comissão Permanente de
1066 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
1067 Grilagem – CPMEAQLG

33

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br

